

**RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.535 - RJ
(2019/0011190-8)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : MARCIO ALVES MACHADO
REQUERENTE : THIAGO MOURA DUARTE
REQUERENTE : RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : BRUNO SILVA RODRIGUES E OUTRO(S) - RJ117609
BERNARDO REZENDE NUNES E OUTRO(S) - RJ208317
RAFAEL SERRA DE CARVALHO E OUTRO(S) - RJ204634
KARINA RAMOS NOGUEIRA E OUTRO(S) - RJ215538
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração protocolizado por MARCIO ALVES MACHADO, THIAGO MOURA DUARTE e RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA, em face de decisão da lavra do Ministro Presidente, João Otávio de Noronha, que indeferiu o pedido liminar.

Os peticionários afirmam, em síntese, que não pretendem o reconhecimento de nulidade de prova, conforme constou da decisão que indeferiu o pleito liminar, mas sim demonstrar a existência de "cerceamento de defesa, em razão do indeferimento de diligências importantes para o melhor deslinde do caso penal".

Entende que a decisão que indeferiu o pedido da defesa é genérica e vazia, pois, a seu ver, "motivar o indeferimento de diligências implica em justificar, não apenas a desnecessidade da medida, mas também **apontar de que forma a diligência pode ser produzida sem a intervenção judicial**".

Pugna, assim, pela reconsideração da decisão que indeferiu a liminar, para que se determine a suspensão do curso da Ação Penal n. 0500787-41.2016.4.02.5101.

É o relatório. **Decido.**

Não é possível deferir o pedido.

Com efeito, da leitura da decisão que indeferiu o pedido liminar, verifica-se que o pleito da defesa não foi deferido, em virtude de não estarem "presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar", uma vez que "a concessão da tutela de urgência em juízo de cognição sumária exige a demonstração concomitante, em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora". No mais, destacou-se que a via eleita "não é adequada para análise de questões relacionadas à nulidade das provas produzidas nos autos". Dessarte, não verifico equívoco na decisão.

Com efeito, a liminar, que na via eleita não ostenta previsão legal, é criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida mostrem-se evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham. No caso, verifico que o pleito liminar imbrica-se com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

De fato, a Corte de origem assentou que "a autoridade coatora sequer realizou juízo de admissibilidade quanto às diligências requeridas, mas tão-somente entendeu que as defesas não haviam comprovado a impossibilidade de obtenção dos referidos dados, que não são sigilosos, pela via própria. Assim, concluiu que o pleito 'não merece intervenção judicial por enquanto. A obtenção de dados não sigilosos é livre no Estado Democrático de Direito. Caberá às defesas providenciar as provas de inocência de seus patrocinados, sendo possível, em caso de negativa injustificada dos órgãos detentores da informação, a intervenção deste Juízo'." (e-STJ fls. 181/182). Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Solicitem-se informações ao Magistrado de origem, sobre o alegado na presente impetração, em especial sobre o andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

